

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A EXPANSÃO DA CIDADE DO RECIFE E A CAPELA DA JAQUEIRA

Ivonete Barreto da Silva

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

i.barretodasilva@yahoo.com.br

Resumo

A Capela de Nossa Senhora da Conceição, popularmente conhecida como Capela da Jaqueira, é uma construção do período colonial, erguida na segunda metade do século XVIII, em um sítio situado às margens do rio Capibaribe, em Recife – PE. Desde a fundação da cidade do Recife, no século XVI, vários engenhos surgiram às margens dos rios, principalmente do rio Capibaribe. Os engenhos constituíram pequenos núcleos de povoamento, e a localização dos mesmos foi determinante no sentido do crescimento da cidade, que ocorreu de forma ganglionar, pela junção dos vários núcleos de povoação. A abertura das estradas e o desenvolvimento do transporte terrestre, no final do segundo quartel do século XIX, contribuiu para o desenvolvimento dos arrabaldes.

Palavras-chave: Capela da Jaqueira. Capibaribe. Cidade.

1- A Expansão da Cidade do Recife e o Surgimento dos Arrabaldes

O início do Recife remonta à terceira década do século XVI, quando era uma estreita faixa de terra, protegida por uma linha de arrecifes que formava um ancoradouro; e em virtude destes aspectos físicos favoráveis, o local passou a abrigar um porto. Ao seu redor desenvolveu-se o povoado, constituído, na maioria, por pescadores, marinheiros e carregadores, que se estabeleceram na península, onde hoje é o bairro do Recife. Olinda era a sede da capitania, fundada em 1535 por Duarte Coelho Pereira, donatário da capitania de Pernambuco. Não tinha porto próprio devido às dificuldades naturais do seu relevo, que impediam o acesso dos navios, e por isso, servia-se do porto do Recife (SOARES, 1967, p. 5).

A partir de meados do século XVI, vários engenhos de açúcar se estabeleceram às margens dos rios, principalmente o rio Capibaribe, em virtude das melhores condições de escoamento da produção. Nessas propriedades rurais formaram-se pequenos núcleos de povoamento, conforme cita o geógrafo Jan Bitoun, que exemplifica a paisagem rural do Recife, no período colonial, com a seguinte composição de quatro elementos:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O engenho constituído pelo conjunto formado pela fábrica de açúcar, a casa grande, a capela, a senzala, os canaviais, outros cultivos e matas; os sítios, pequenas unidades familiares produtoras de cultura de subsistência e de fruteiras; os passos, na confluência dos rios, principais vias de escoamento do açúcar até a segunda metade do século XIX, eram pequenos aglomerados de armazéns; o quarto elemento presente na paisagem rural era o povoado, onde moravam os homens livres que trabalhavam nos engenhos da vizinhança (BITOUN, 2000, p.44, apud HALLEY, 2013, p.60).

Entre os séculos XVI e XVII, o açúcar era um dos produtos mais valorizados no mercado mundial, e seu transporte pelo porto do Recife proporcionou condições de crescimento do povoamento da cidade. “Inúmeros ‘passos’, armazéns ou depósitos de açúcar, foram sendo construídos às margens dos rios nas proximidades do porto e alguns desses entrepostos com o passar do tempo se transformaram em pequenos núcleos de povoação” (HALLEY, 2013, p.60).

Segundo José Antônio Gonçalves de Mello (1987, p. 45-46), ao chegarem em Pernambuco, em 1630, os invasores holandeses verificaram que Olinda possuía ‘pequeno poder defensivo’, em virtude do seu relevo, com muitos morros, impossibilitando, portanto, a sua fortificação. Pediram permissão ao Conselho dos XIX¹ para destruí-la e se instalarem em Recife e na ilha de Antônio Vaz, de onde o coronel Van Els informou em carta aos diretores da Câmara de Dordrecht, em 3 de abril de 1630: “Estes sim, são lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se uma cidade e penso que ninguém que da Holanda vier para aqui quererá ir morar em Olinda”.

Após o consentimento do Conselho, os conquistadores evacuaram Olinda em 24 de novembro de 1631, e em seguida a incendiaram. Este fato impulsionou o crescimento da cidade do Recife, pois a migração da população que vivia em Olinda, impôs a necessidade de construção de novas moradias. “Uma população enorme, calculada em mais de 7.000 pessoas, teve de se comprimir no Recife e em Antônio Vaz” (MELLO, 1987, p. 48-49).

Quando Maurício de Nassau chegou em 1637, o Recife já apresentava transformações que ocorreram com o início da ocupação holandesa, como foi mencionado em uma carta do conselheiro Johan Ghijsselin, que retornava ao Brasil em companhia de

¹A administração geral da Companhia das Índias Ocidentais era formada por um colegiado, o qual, pelo número dos que dele participavam, era chamado Conselho dos XIX. (MELLO, 1999, p.43).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nassau, após três anos: “encontro aqui no Recife, desde a minha partida, uma mudança extraordinária em casas de comerciantes, nos negócios e construções que diariamente se iniciam em grande número, tão belas como na Pátria, [...]” (MELLO, 1987, p. 58).

O novo governador se instalou na Ilha de Antônio Vaz, e sob sua orientação, foi implantado um plano de urbanização da ilha para formação da cidade, que passou a se chamar ‘cidade Maurícia’. “A nova cidade foi projetada por Nassau segundo planos urbanísticos definidos: ruas cortadas regularmente, saneamento da zona, escoamento das camboas, construção de pontes e diques” (MELLO, 1987, p. 83-85).

Conforme Josué de Castro (1954), os fatores determinantes que levaram Nassau e seus conselheiros a escolherem a Ilha de Antônio Vaz para a instalação da cidade, abrangiam “não só a defesa militar de uma região, como a defesa econômica dos seus interesses mercantilistas”.

A primeira razão está no simples fato de tratar-se de uma ilha — terra cercada e defendida por massas de água por todos os lados. As ilhas sempre fascinaram os holandeses como bases naturais onde levantar cidades, por lhes pouparem o esforço de cavar fossos defensivos em todos, ou, pelo menos, em alguns dos lados dos seus núcleos urbanos. Antônio Vaz era uma ilha colocada estrategicamente entre os dois rios — o Capibaribe e o Beberibe — em cujos vales prosperava maravilhosamente a indústria do açúcar, cujo produto descia em barcaças por seus leitos navegáveis, e situada em frente ao porto natural, abrigado, a curta distância dos arrecifes — numa situação verdadeiramente ideal. [...]. Outro fator que muito contribuiu para a fixação do sítio de localização da cidade naquela ilha foi a presença, no seu subsolo, de água para seu abastecimento (CASTRO, 1954, p.108).

Durante a ocupação holandesa, a povoação se desenvolveu, resultando na formação de um núcleo urbano, e mesmo após a saída dos holandeses, em 1654, a cidade continuou crescendo, tornando-se a mais importante do Nordeste. Conforme Castro (1954, p. 131) explica: “É que, na região onde a cidade brotou, existiam condições capazes de agir como fatores de progressão da vida urbana. Sem esses fatores, o ato de vontade humana abortaria por lhe faltar expressão geográfica [...]”.

A cidade nasceu como porto e a serviço imediato do porto. É este um dos seus aspectos mais singulares: em regra, constrói-se um porto para servir a uma cidade; no caso, levantaram os holandeses uma cidade para servir a seu porto. O seu primeiro fator de progressão foi o crescimento desse porto a serviço de uma região fértil, onde a indústria açucareira prosperava a largos passos. Foi o açúcar produzido nos solos aluvionais e de decomposição do Nordeste, nas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

famosas terras de massapê, da chamada região da Mata, que constituiu, desde o começo e durante quase todos os períodos da história nordestina, o fator fundamental de propulsão e de evolução da cidade do Recife. Foi no vale do rio Capibaribe, nas suas margens alongadas em várzeas fecundas que se iniciou o plantio da cana no país, — plantio que se mostrou de logo extremamente vantajoso (CASTRO, 1954, p.131-132).

Após a saída dos holandeses, a cidade iniciou um período de intenso desenvolvimento. Nesta época, a maior parte da população, em torno de 8 mil habitantes, era constituída de comerciantes portugueses, que realizavam movimentados negócios pelo porto. A partir de 1711, a cidade começa a se estender em direção ao continente, atual bairro da Boa Vista, e são realizados grandes aterros, como o de Afogados (SOARES, 1967, p. 8).

Segundo Castro (1954, p. 136), os engenhos representavam centros autossuficientes, alguns possuíam “a vitalidade de verdadeiros burgos, com seu esplendor e relativo conforto”; e descreve a análise feita pelo escritor Olímpio Costa Filho sobre a influência desses núcleos para o crescimento da cidade do Recife:

Uma grande povoação com muita gente branca e de cor, senhores e escravos, foram assim aqueles engenhos que, seguindo as margens do Capibaribe, situados na extensa planície do Recife, condicionaram a situação da cidade. Todos eles eram, como se vê, centros de grande atividade, de cultura, de população numerosa, verdadeiras zonas de riqueza e prosperidade, assentados às margens do Capibaribe, desse rio que se impôs como acidente geográfico e fator econômico e histórico de primeira ordem, na comunicação desses valores locais, com um centro comum que era o porto (CASTRO, 1954, p. 136).

O transporte da produção do açúcar era realizado basicamente através dos rios Capibaribe e Tejipió, que seguiam para embarque no porto do Recife. E por terra, formaram vários caminhos, trilhas, que ligavam as propriedades. “Uma verdadeira teia, em intrincado sistema venoso, marca as ligações da colheita com o lugar das moendas e as propriedades entre si” (MENEZES, 1993, p.151).

O crescimento da cidade ocorreu de forma ganglionar, pela junção dos vários núcleos de povoação, e também pela expansão dos redutos rurais, que se transformavam em áreas urbanas.

Que foram os engenhos os germes desses centros ganglionares de crescimento, atraídos pela força absorvente da cidade-porto, ou melhor, da direção imposta

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelo porto, não se pode ter nenhuma dúvida quando se põe em confronto qualquer mapa antigo da região com a localização dos engenhos [...] (CASTRO, 1954, p.145).

Evaldo Cabral de Mello (1992, p. 195-196) cita que entre o final do século XVIII e início do século XIX, “o Recife incorpora a chamada ‘várzea do Capibaribe’, [...], subindo o rio e retalhando os antigos engenhos de uma e outra margem em sítios e chácaras, que, por sua vez, sobretudo a partir da década de 1840, serão objeto de loteamento”. A antiga cidade, que antes se localizava no istmo e na ilha de Antônio Vaz, se expande pelo continente, criando os seus arrabaldes, que inicialmente possuía um caráter sazonal, ou seja, essas áreas eram ocupadas em algumas épocas do ano, como nos meses de verão, “[...] para fugir às doenças ou para beneficiar-se das virtudes curativas e dos deleites edênicos dos banhos de rio”.

[...] São essencialmente os engenhos cujas terras se posicionam nas margens desses rios que serão os primeiros a serem parcelados em grandes sítios ou chácaras. [...]. Na margem esquerda, no lugar da Ponte d’Uchoa, outro parcelamento gerará sítios de notáveis beleza com seu casario de luxo (MENEZES,1993, p.156).

Gonçalves de Mello (1981, p. 145) informa que, com o parcelamento das grandes propriedades marginais “[...] começaram a surgir os sítios ou chácaras recifenses, muitos deles com suas capelas, na sua maioria do século XVIII: a da Sagrada Família no Chora Menino, a de São José do Manguinho, a dos Aflitos, a da Jaqueira, a do Rosarinho, etc”.

Na primeira metade do século passado, às margens do Capibaribe era local preferido para as férias de fim-de-ano, para o que se chamava ‘passar a festa’. Ainda não estavam em moda os banhos de mar, os quais só na segunda metade do século se vulgarizaram. Àquele tempo era para as ‘povoações’, como então eram chamados os atuais bairros à margem do rio, que afluía larga parte da população recifense. [...]. Era pelo próprio rio que se ia do Recife para a Ponte d’Uchoa, Madalena ou Monteiro; pelo rio faziam-se as mudanças. O prestígio do rio era tamanho que muitas residências tinham a fachada principal voltada para ele, como ainda hoje se pode observar em casas da Madalena (MELLO, 1981, pp. 147-148).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A divisão dos grandes sítios que ainda existiam em Recife decorreu após as aberturas regulares das estradas, quando as “povoações” passaram a constituir áreas de residência permanente, e não apenas para temporadas de fim de ano. Os sítios originados após o desmembramento dos engenhos, deram origem a vários bairros recifenses, como: “[...] o da Torre, Madalena, Cordeiro, Monteiro, Apipucos etc. — depois de loteados, tão grandes eram, originaram outros bairros da nossa cidade: o da Tamarineira, o do Espinheiro, o de Sant’Ana, o das Jaqueiras, [...]” (MELLO, 1981, p.148).

Durante muitos anos, o rio Capibaribe funcionou como uma importante via de transporte, quando os deslocamentos eram realizados a cavalo e, especialmente, em canoas indígenas, que foram bastante utilizadas pelos colonizadores europeus, “[...] simples canoas de remo ou varas [...]” (MELLO, 1992, p. 199).

Desde o século XVI, ela assegurara as comunicações entre o Recife e Olinda, de um lado, e entre o Recife e os engenhos da Várzea do Capibaribe, de outro. [...] nas tarefas prosaicas de transportar gente, água de beber, material de construção, [...]. Mas é o aparecimento dos arrabaldes que vai dar-lhes um realce inusitado. [...] O isolamento dos subúrbios, sua localização ribeirinha e a falta de caminhos fizeram da canoa durante muito tempo o recurso que, sem ser o único, era o mais cômodo ou o mais fácil. [...] O período que vai do último quartel do século XVIII ao fim da primeira metade do século XIX constitui assim a idade de ouro da canoa recifense (MELLO, 1992, p.199).

No ano de 1855 já havia transporte regular de ônibus (de tração animal) para Apipucos, distante 8 quilômetros do centro, em linha reta. Quando surgiram as estradas de ferro, em meados do século XIX, os arrabaldes do Recife já haviam progredido, como cita Flávio Villaça (2001, p.214): “[...] com residências permanentes e hábitos de vida mundana fora da cidade não apresentados por nenhuma capital brasileira, com exceção do Rio de Janeiro”. A partir do ano de 1867 a 1915, funcionou em Recife um trenzinho urbano, denominado de “maxambomba”², cuja estação no Largo de Ponte d’Uchoa ainda existe (VILLAÇA, 2001, p. 215).

Para os recifenses, as maxambombas representavam uma inovação, pois poderiam se deslocar com mais comodidade para os locais pitorescos do Recife, para

² Maxambomba era uma pequena locomotiva a vapor e três vagões de passageiros. O nome é uma corruptela da expressão inglesa ‘machine pump’, isto é, ‘machinebomba’, uma vez que a tradução de ‘pump’ é bomba. (DUARTE, 2005, p.62).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passar as festas de Natal. Esses trenzinhos contribuíram para o desenvolvimento dos arrabaldes, que tinham estações, como Aflitos, Espinheiro, Ponte de Uchoa, Derbi, Casa Amarela e muitos outros. “Todo mundo gostava das maxambombas e andava nelas, por necessidade ou por prazer” (SETTE, 1968, p. 194).

As margens do Capibaribe se firmaram como uma área privilegiada, onde se concentraram, por mais de um século, camadas de maior renda da cidade. A região tornou-se atraente pela junção da acessibilidade ao centro da cidade com o ambiente bucólico do sítio. ”Todos os cronistas e historiadores destacam o fato de que, desde o século XVII, as margens desse rio foram a localização preferida para a moradia — inicialmente de descanso, depois permanente — da aristocracia local” (VILLAÇA, 2001, p. 216).

2- Capela da Jaqueira

Encontra-se na zona Norte da Cidade do Recife, às margens esquerda do rio Capibaribe, um dos parques mais aprazíveis da cidade, o Parque da Jaqueira. É um espaço público composto por áreas destinadas à prática de exercício físico para todas as idades, e jardins bem cuidados, com árvores frutíferas e ornamentais. Destacando-se nessa extensa área verde, encontra-se uma capelinha branca, histórica, popularmente conhecida como homônima ao parque. A simplicidade da sua fachada contrasta com a suntuosidade do seu interior; um convite para momentos de oração e contemplação.

Figura 1: Capela da Jaqueira



ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fonte: Registrada pela autora

Trata-se da Capela Nossa Senhora da Conceição de Ponte d’Uchoa, que segundo Pereira da Costa (1981, p. 118-119), foi construída na segunda metade do século XVIII, em um sítio localizado às margens esquerda do rio Capibaribe, no trecho da estrada que seguia para os engenhos de Casa Forte, Monteiro, Apipucos e Dois Irmãos, denominado de Ponte do Uchôa. Este nome se originou do apelido do senhor do Engenho da Torre, o capitão Antônio Borges Uchôa, que após ter tomado posse do Engenho, em 1654, construiu uma ponte sobre o rio para facilitar o acesso a margem oposta do mesmo.

Flávio Guerra (1970, p. 56) explica-nos que apesar de ter sido construída no Sítio da Ponte do Uchôa, a capela ficou popularmente conhecida como “Capela da Jaqueira”, em virtude da abundância dessa árvore ao seu redor e nos terrenos vizinhos. Essa denominação é mantida até os dias atuais.

A construção da capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição iniciou no final da década de sessenta do século XVIII, por ordem do capitão Henrique Martins, no sítio de sua propriedade na estrada do Ponte do Uchôa, e para isto foi lavrada uma escritura pública na data de 8 de janeiro de 1766, na qual o capitão “[...] instituiu o seu competente patrimônio canônico, constante de uma data de terra encravada no mesmo sítio, no valor de 120\$000, [...]” COSTA (1981, p. 117).

Sobre o capitão Henrique Martins, um português, natural da vila de Oeiras, nas cercanias de Lisboa, onde foi batizado em 10 de agosto de 1704, José Antônio Gonçalves de Mello nos traz algumas informações:

Tornou-se um homem abastado, acionista de 10 ações (de 400\$ cada uma) da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, com posto nas milícias e nas ordens portuguesas, familiar do Santo Ofício, Oficial da Ordem de Cristo, Capitão de Granadeiros da infantaria auxiliar do Terço da Praça do Recife e, depois, Mestre de Campo do Terço velho de auxiliares da mesma Praça (MELLO, 1959, p.13).

Alberto Salazar (2020, p. 40) elucida que Martins e sua esposa, dona Ana Maria Clara, eram devotos de Nossa Senhora da Conceição, e a capela foi erguida em pagamento de uma promessa feita à santa, pela graça alcançada na cura de uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

erisipela que acometera o capitão. Era medida comum aos católicos abastados, a construção de capelas para prestar graças por uma conquista.

O capitão Henrique Martins faleceu em 1782, no mesmo ano em que perdeu todos os seus bens, em virtude do seu envolvimento em um processo de desfalque, na tesouraria do bispado de Pernambuco. Suas terras, inclusive a capela, foram leiloadas e arrematadas pelo comerciante português Domingos Affonso Ferreira (MELLO, 1959, p.16).

No início do século XIX, o sítio já pertencia ao genro de Domingos Affonso, o coronel Bento José da Costa, que, segundo Guerra (1970, p.58), era considerado “o mais rico homem do Recife”, além de comerciante, era coronel de milícias e comandante de um corpo de guarnição da praça do Recife.

O coronel Bento José da Costa nasceu em outubro de 1759, na comarca de Vila Real em Braga, Norte de Portugal. Em 1799, aos quarenta anos de idade, já era considerado um bem-sucedido comerciante pela Junta Governativa da Capitania. Foi agraciado com o posto de tenente-coronel da vila do Recife em 1800, após ter requisitado esta mercê em 1794. Além de mercador e contratador de dízimos, ele também possuía embarcações que faziam comunicação entre Recife e Lisboa e, após a abertura dos portos, em 1808, possuía uma sumaca, que tinha ligação direta entre Recife e Londres, e em 1814, era proprietário de outra que fez viagem para os Estados Unidos. Além de despachar mercadorias, Bento emprestava dinheiro, como uma forma de empréstimo, e também vendia fazendas no território colonial. Entre seus clientes figuravam muitos comerciantes da colônia, alguns poucos com patentes militares (MELO, 2018, p.180-181).

Conforme Flávio Cabral (2013, p. 63), os comerciantes tiveram participação na política local desde a fundação da câmara de Recife, em 1710. Em 1821, três dos sete membros da primeira junta provisória de governo eram do ramo mercantil, além do coronel Bento, participavam Gervásio Pires Ferreira, primo de Domingos Affonso Ferreira, e Joaquim José de Miranda. Os negócios dos grandes empresários da época eram bastante diversificados, inclusive, atuavam também no tráfico de escravos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 14 de março de 1817, foi realizado na Capela da Jaqueira, o casamento de Domingos José Martins com Maria Teodora, filha de Bento da Costa. Segundo Guerra (1970, p. 58-59), este casamento afrontou alguns costumes da época, como o pedido de casamento ter sido feito por Domingos, quando nesse tempo, a escolha do noivo era exclusiva do pai. Porém, o casamento foi realizado com grande festividade e participação do povo da vila.

Domingos José Martins foi um dos principais líderes da Revolução Pernambucana de 1817. Nasceu em 9 de maio de 1781, no Espírito Santo, e chegou a Pernambuco em 1813, após ter morado em Portugal, onde terminou seus estudos, e em Londres, onde foi sócio de uma firma comercial portuguesa. No Recife era maçom e comerciante, “[...] vivia de seus negócios, sendo inclusive proprietário de um brigue que cortava o Atlântico, conduzindo produtos para serem comercializados no exterior e no Recife, e muita gente se reunia clandestinamente em sua casa comercial” (CABRAL, 2017, p. 260).

O coronel Bento José da Costa faleceu em 10 de fevereiro de 1834, aos 75 anos de idade; foi enterrado na Igreja de São Pedro dos Clérigos, mas posteriormente, seus restos mortais foram trasladados para a Capela da Conceição, onde se encontra por baixo do seu altar-mor, até os dias de hoje (MELLO, 1959, p. 17-18).

Da construção da capela, não foi conservado nenhum documento, porém, pela comparação de detalhes do seu frontispício com de outras igrejas contemporâneas, o professor da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, Ayrton Carvalho, supõe que, tanto o projeto quanto a execução sejam de autoria do Mestre Pedreiro Francisco Nunes Soares³, que construiu a fachada da Igreja do Mosteiro de São Bento de Olinda, em 1761-63 (MELLO, 1959, p. 15).

A Capela de Nossa Senhora da Conceição é uma construção de estética barroca. Os forros do coro, da nave e da capela-mor tem pinturas significativos do final

³ Francisco Nunes Soares subscreveu, em 28 de outubro de 1770, o “Compromisso e Regimento da Irmandade e Bandeira do Patriarca o Sr. São José”, ereta na Igreja de São José de Ribamar (do Recife), dos quatro ofícios de pedreiro, marceneiro, carpinteiro e tanoeiro. Em 1774 e 75 foi escrivão do ofício de pedreiro; em 1778 e 79 foi Juiz do mesmo ofício e avaliador dos prédios urbanos do Recife. De 1785 a 86 trabalhou na obra da fachada da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, dos Montes Guararapes. (MELLO, 1959, p. 15).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do século XVIII. Há dois quadros grandes, um, representando São João Batista e São Filipe Neri, e o outro, Santo Henrique. Possui no seu interior um conjunto de azulejos que representam: na nave, a história de José do Egito, baseados nas gravuras do francês Michel Demarne (1728-1730); no coro, a história da Virgem, e na sacristia, cenas de caça e pesca (MELLO, 1959, p. 19-23).

A Capelinha da Jaqueira, incluindo todo o seu acervo, foi um dos primeiros bens tombados em Recife, sendo registrado no Livro de Tombo de Belas Artes, sob o número 133-T-1938. No parecer pela manutenção do tombamento foram elencadas as seguintes razões:

Pela sua arquitetura pelos seus azulejos que decoram suas paredes internas, azulejos dos mais raros e mais belos que se encontram nas igrejas de Pernambuco, destacando-se pelo seu colorido bem diferente dos conventos franciscanos e carmelitas. E também pelas suas reminiscências históricas. A capelinha da Jaqueira era o oratório privado do rico comerciante Bento José da Costa, sogro de Domingos José Martins, um dos heróis e mártires da Revolução de 1817, e ali se acha sepultado (SPHAN, 1938, p. 05).

No ano de 1944 a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizou um levantamento arquitetônico da Capela, o que facilitou a sua restauração em 1951, após ter sido saqueada, e suas portas e janelas terem sido subtraídas. Em 1954, na gestão do prefeito José do Rêgo Maciel (1952 - 1955), tiveram início os trabalhos de ajardinamento do Parque, conforme os planos do paisagista Roberto Burle Marx (MELLO, 1959, p. 23).

Considerações Finais

A evolução do Recife foi fortemente influenciada pelos cursos dos rios que a cortam, em especial o Capibaribe; pois, às suas margens, a partir de meados do século XVI, estabeleceram-se vários engenhos de açúcar, nos quais formaram-se pequenos núcleos de povoamento.

Nos séculos XVIII e XIX, o crescimento da cidade se intensificou com o retalhamento dos antigos engenhos, em sítios e chácaras, muitos dos quais possuíam suas capelas particulares. A abertura das estradas e a consolidação do transporte coletivo favoreceu o desenvolvimento dos arrabaldes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A história da Capela da Jaqueira inter-relaciona-se com a da expansão da cidade, por ser uma construção do período colonial, erguida em um sítio, às margens esquerda do rio Capibaribe. Testemunha, portanto, das inúmeras transformações urbanas ocorridas no Recife.

Referências Bibliográficas

CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____, Flávio José Gomes. *A linguagem política oitocentista: Cartas, panfletos, versos e boatos no norte da América Portuguesa*. História Unisinos. Vol. 21. Nº 2: 259-269. maio /agosto de 2017.

CASTRO, Josué de. *A Cidade do Recife*. Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Arredores do Recife*. com artigo sobre o bairro da Capunga de autoria de José Antônio Gonsalves de Mello. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

DUARTE, José Lins. *Recife no tempo da maxambomba – O Primeiro Trem Urbano do Brasil*. UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação. 2005.

GUERRA, Flávio. *A Lembrança de Amor Sacrificado na História*. Boletim da cidade do Recife. Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. Recife. nº 173/179. p. 25–26. Out 1968 – Jun 1970.

_____, Flávio. *Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos*. Série evocações históricas de Pernambuco. Departamento de Documentação e Cultura Prefeitura Municipal do Recife. p. 55-59. 1970.

HALLEY, Bruno Maia. *Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes - A formação dos bairros continentais na cidade do Recife*. Revista de Geografia (UFPE), V. 30, Nº 3, 2013.

IPHAN. *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI*. Recife. Módulo II – Pernambuco. Monumento nº 0016. Capela de Nossa Senhora da Conceição (Capela da Jaqueira). 2005.

MELO, Felipe Souza. *A movimentação comercial de um negociante em Pernambuco no final do século XVIII: o diário de escrituração de Bento José da Costa*. Faces da História, Assis-SP, v.5, nº1, p. 179-197, jan.-jun., 2018. Disponível em:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

<<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/898>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Canoas do Recife*. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). *O Recife — quatro séculos de sua paisagem*. Recife, v. 50, 1978. Editora Massangana, 1992.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Capela de N. S. da Conceição da Jaqueira*. Cadernos de Arte do Nordeste. Edição dos “Amigos da D.P.H.A.N. ano 1 – n. 1. Abril/1959.

_____, José Antônio Gonsalves de. *Capunga: crônica de um bairro recifense*. In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Arredores do Recife*. Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

_____, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife. 3ª ed. Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana.1987.

_____, José Antônio Gonsalves de. *Companhia das Índias Ocidentais*. In: *O Brasil e os Holandeses – 1630-1654*. Fundação Biblioteca Nacional. GMT Editores Ltda. 1999.

MENEZES, José Luiz Mota Menezes. *A Ocupação do Recife numa Perspectiva Histórica*. Série História do Nordeste. Vol. 1. Nº 14. 147-162. 1993.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

SALAZAR, Alberto. *Igrejas de Pernambuco*. Recife: Babecco, p. 37-40. 2020.

SETTE, Mario. *Terra Pernambucana*. São Paulo, Arquimedes Edições, 9ª Edição, 1968.

SOARES, Jota. *Arquivo de Jota Soares*. Recife. FUNDAJ. 1967.

SPHAN. Processo de Tombamento nº 133-T-1938. Capela Nossa Senhora da Conceição das Jaqueiras. Arquivo IPHAN/RJ.